



# O Liberalismo Estatal No Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903

Lorena Marques Arêdes<sup>1</sup>, Luiz Eduardo Simões de Souza<sup>2</sup>.

**XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória - ES.**

**14 a 16 de setembro de 2015.**

## RESUMO, METODOLOGIA E OBJETIVO

O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial surge com o objetivo de sanar a crise econômica e produtiva da qual Minas Gerais se torna palco no começo do século XX. O presidente do Estado, Francisco Antônio Salles, organiza uma Comissão Fundamental, cuja tarefa é realizar um levantamento dos problemas enfrentados, apontar soluções, e selecionar as mais adequadas. O objetivo deste texto é relatar a presença do liberalismo nas propostas, discussões e medidas adotadas pelo Congresso, utilizando como base fontes primárias de informação. Com base na análise de tais documentos, torna-se clara a forte presença do liberalismo econômico nas propostas iniciais, e sua ausência nas medidas adotadas.

## INTRODUÇÃO

No início do século XX, a economia mineira é palco de uma crise econômica, gerada principalmente pela queda no preço do café no mercado internacional. Sediado em Belo Horizonte, nos dias 13 a 17 de agosto de 1903, o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, surge com o objetivo de remediar a situação, e promover um levante econômico. A taxa excessiva é apontada pela Comissão Fundamental como uma das principais causas do quadro de estagnação econômica, e os chamados impostos interestaduais, são apontados como causadores do esmorecimento das atividades econômicas que começavam a despontar na economia mineira. A Comissão sugere, para tal problema a redução, e se possível, extinção destas tarifas.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao listar os causadores da crise econômica, a Comissão Fundamental elaborou um questionário de sessenta e dois itens, que foram divididos entre seus membros, para estudo e levantamento de soluções, sendo entregues a Carlos Pereira de Sá Fortes e ao Coronel Ignácio Burlamaqui os assuntos relativos aos impostos municipais e interestaduais, respectivamente. O segundo, teve maior destaque, ao afirmar que os impostos interestaduais causavam hostilidade entre os estados da União, e sugerir que os demais estados seguissem o exemplo do Rio Grande do Sul, e abolissem tais impostos. Após a análise, levantamento de outras sugestões dos demais convidados, e votação, foram escolhidas as conclusões a serem adotadas. Porém, ao contrário do que foi sugerido por Burlamaqui, a tarifação é mantida, de forma a favorecer a exportação de mercadorias, e onerar a importação.

A imposição da abolição dos impostos citada por Burlamaqui, no entanto, permanece apenas em seu discurso. O que permaneceu foi o interesse intervencionista dos latifundiários mineiros, mais interessados em socializar investimentos, naquele momento de baixa da taxa média de lucro de suas atividades. Enquanto a proposta inicial sugere a presença do Estado nas relações comerciais da época, a medida final sugere o afastamento do Estado e a livre circulação de mercadorias, característica liberalista.

## FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Revista da Fundação João Pinheiro, número 11, maio-junho de 1981.

Jornal de Minas Gerais, vários números, datas específicas.

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela UFJF – GV., orientanda e bolsista.

<sup>2</sup> Doutor em História Econômica, Professor da UFJF-GV.